

Espaços de rupturas e territórios de violência: notas sobre como a Palestina resiste às tragédias impostas por Israel

Spaces of rupture and territories of violence: notes on how Palestine resists the tragedies imposed by Israel

Maiara Diana Amaral Pereira

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Marina Rute Pacheco

Pesquisadora autônoma, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

RESUMO

A Palestina se tornou uma grande prisão a céu aberto a partir de diversos mecanismos colocados em ação pelo sionismo, dentre eles o muro da Cisjordânia, *checkpoints* e as próprias prisões. Este artigo tem como objetivo demonstrar de que, em toda relação de poder, existe espaço para rupturas e resistência, ainda que essas sejam reduzidas por determinadas condições, por exemplo, estar preso. E através de um levantamento bibliográfico e análise de imagens evidenciamos as violências que os palestinos são submetidos por Israel e sua ideologia sionista e de como lutam pela liberdade, soberania do seu povo e pelo seu território. E que a resistência é multifacetada e ocorre, por exemplo dessa com os desenhos feitos por Zuhdi Al Aduwi e Mohammed Roukwi, prisioneiros palestinos, na cadeia de Ashkelon na década de 1980, as greves de fome, as fugas de prisioneiros de cadeias e a luta da rede de apoio dos prisioneiros palestinos.

Palavras-chave: Nacionalismo, Sionismo, Palestina, Prisão, Necropolítica.

Recebido em 02 de abril de 2023.
Avaliador A: 06 de maio de 2023.
Avaliador B: 30 de maio de 2023.
Aceito em 19 de abril de 2024.



ABSTRACT

Palestine became, from various mechanisms put in action by Zionism, a big prison in open air, among them the West Bank Wall, the checkpoints, and the prisons themselves. This article assumes that in every power relation there is a space for resistance and rupture, even though these spaces were reduced by certain conditions as, for example, being jailed. On this basis, we bring here as an example the drawings made by Zuhdi Al Aduwi and Mohammed Roukwi, palestinians prisoners, in the prison of Ashkeleon in the 80's, the hunger strikes, the jailbreaks and the struggle of the network of support of palestinians prisoners, Samiudon.

Keywords: Nationalism, Zionism, Palestine, Prison, Necropolitics.

INTRODUÇÃO: O NACIONALISMO SIONISTA COMO JUSTIFICATIVA DE INVASÃO

A Palestina está localizada no “Grande Oriente Médio” e, por muitos séculos, esteve sob domínio de califados da Arábia, da Síria e Egito, sendo que, em meados do século VII, o islamismo foi “instaurado” na região. Posteriormente, no século XVI, em 1516, foi incorporada ao Império Otomano (Said, 2012). Em 1918, o controle da Grã-Bretanha e da França no Oriente e no Magreb se fortaleceu a Grã-Bretanha seria responsável pelo Iraque e a Palestina após o Império Otomano perdeu suas províncias árabes, de acordo com os termos de mandatos fornecidos pela Liga das Nações em 1922. Depois do legado otomano e durante a dominação britânica no território, uma “elite” já desenvolvia o projeto sionista na região, que tinha como objetivo ocupar a terra palestina. E foi em 1917 que estabeleceu um documento que via com bons olhos um lar nacional judeu na Palestina (Hourani, 1994).

Em 1833, Alphonse de Lamartine escreveu um livro com uma série de sugestões ao governo francês, afirmando que a Palestina não era exatamente um país e que, portanto, seus habitantes não eram legítimos moradores desse território. Esse escrito expressa o antigo imaginário do Ocidente sobre a Palestina: o de um território sem um povo. Outro exemplo é a Declaração de Balfour, de 1917, documento assinado pelo governo inglês concordando com a ocupação das terras por judeus e afirmando que os judeus deveriam reconstruir aquela terra, pois lhes pertenciam. Assim, a concepção de terra sem Estado e povo foi criada pelo colonialismo, sendo uma base importante para o slogan sionista criado por I Israel Zangwill (1864-1926) de “Uma terra sem povo para um povo sem terra”. O projeto sionista, que se iniciou já no século

XVI, fez com que, em 1909, judeus ocupassem as terras do povo palestino, mas a ocupação como conhecemos hoje foi se constituindo depois da década de 1930. Mas foi em 1948 que houve a “criação” de Israel, concretizada com a *Nakba* (catástrofe): a expulsão de cerca de 700.000 palestinos das suas terras (Pappé, 2016; Masalha, 2021).

Então, desde a colonização britânica, entre meados e fim da Primeira Guerra Mundial, a Palestina já era um território em disputa e o sionismo crescia em adeptos, principalmente no que tange à ideia de que a Palestina não existia. Era um lugar vazio e sem um povo ou se tratava de um território ocupado por pessoas não civilizadas e que não possuíam uma unidade. Os judeus, na região da Palestina, em 1922, eram 11% da população; em 1949, formavam mais de 30%; e no início da década de 1940, possuíam 20% da terra cultivada (Hourani, 1994). Apesar do discurso de uma terra sem povo, os dados dos próprios sionistas no início da ocupação assumiram que a região já tinha seus habitantes, que os árabes estavam longe de ser uma população “invisível” e, na verdade, estavam preocupados com a “questão árabe”. O sionismo tinha como objetivo expulsar os árabes palestinos para que a “terra de Israel” pertencesse apenas aos judeus (Masalha, 2021).

O sionismo surgiu na Europa central e oriental no fim da década de 1880 como um “movimento de ressurgimento nacional” dos judeus dessas regiões. “Eretz Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido reverenciado através dos séculos, por gerações de judeus, como um lugar de peregrinação religiosa, nunca como um futuro estado secular” (Pappé, 2016, p. 29). De acordo com Cotrim (2023), o primeiro Congresso sionista aconteceu em 1897, quando o principal ideólogo desse projeto político, Theodor Herzl [1860-1904], divulgou seu livro *O Estado de Israel*, escrito um ano antes. Theodor Herzl: “[...] da proposta concreta e articulação efetiva para a fundação de uma nação judaica na Palestina — que é a pátria mitológica dos judeus, identificada à “terra prometida”, e transformada pelo sionismo de lugar transcendental pertencente” (Cotrim, 2023, p. 03).

Assim, no começo do século XX, a maioria dos líderes sionistas passou a relacionar esse ressurgimento nacionalista com a colonização na Palestina: o que era um movimento de retorno à terra foi secularizado, uma vez que, além de sagrada, a terra expressava um amor à pátria. Afinal, o judaísmo tornou-se nacionalizado, isto é, além da dimensão religiosa, o judaísmo também se tornou uma política de Estado. Dessa maneira, o movimento sionista passou a ser um projeto nacionalista de um Estado que usou o discurso religioso para tal. Para eles a Palestina estava ocupada por “estrangeiros” que deveriam sair daquele território que não lhes pertenciam; e para muitos sionistas, a Palestina não era uma terra “ocupada”, mas “vazia”, pois os povos que ali moravam eram invisíveis (Sand, 2011; Pappé, 2016; Teles, 2013).

De acordo com Shlomo Sand (2011), o “exílio” do povo judeu em 70 d.C. se tornou um mito fundador que sustenta a identidade “étnica” judaica moderna e se transformou em uma

verdade absoluta nacional e, além desse mito histórico de que aquelas terras os pertenciam, o sionismo utilizou da “hereditariedade” para justificar essa Judeia como pátria nacional de todos os judeus do mundo.

O sionismo teve, portanto, razão em seu diagnóstico de base e, como vimos, também pôde adotar assim toda uma gama de elementos ideológicos tirados da textura nacional que se constituía em torno dele. Ao mesmo tempo, extraiu da tradição religiosa judaica seu aspecto mais orgulhoso e mais voltado sobre si mesmo. A proclamação divina: “É um povo que tem sua casa à parte e que não faz parte das nações” (Números 23, 9), destinada a edificar uma comunidade monoteísta eleita e santificada no seio do mundo antigo, foi traduzida em uma filosofia de ação laica separatista. O sionismo foi, desde seus primórdios, um movimento nacional etnocêntrico que delimitou perfeitamente o povo histórico concebido em seu imaginário e excluiu toda possibilidade de integração cívica voluntária à nação que ele propôs elaborar em seu programa (Sand, 2011, p. 260).

Como um projeto nacionalista, o sionismo pode ser compreendido como uma produção histórica e cultural específica para usar a concepção de Benedict Anderson (2008) sobre as nações. Segundo o autor, ao estudarmos uma nacionalidade, devemos nos atentar de que maneira seus significados são construídos e se transformaram ao longo do tempo, consolidando em uma legitimidade nacional profunda que é construída através de uma “imagem” que une aqueles que se identificam com tal nação.

Trata-se de uma “comunidade imaginada”, pois seus membros vivem em comunhão e partilham memórias sem jamais conhecer a maioria daqueles que fazem parte de tal comunidade. Também se imagina a nação como limitada, porque está circunscrita a um território bem delimitado, ainda que com fronteiras plásticas, mas são fronteiras finitas, dentro das quais é autônoma e soberana — mas se é soberana, como defende Mbembe (2018), dita quem vive e quem morre, ou seja, o domínio da vida. E por fim, “é imaginada como uma comunidade porque, independente da desigualdade e da exploração efetiva que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p. 34).

Assim, segundo Benedict Anderson (2008, p. 39), a ideia de nação dá conteúdo político, ao passo que remete a “um passado imemorial, e, ainda mais importante, segue rumo a um futuro ilimitado.” Observando que o nacionalismo surgiu no Iluminismo, que consigo trouxe o declínio da ascense religiosa ao promover a fé no secularismo racionalista, o autor identifica um alinhamento entre o nacionalismo e os grandes sistemas culturais, dentre os quais está a religião. Era como se, com o declínio das comunidades, linhagens e línguas sagradas, uma nova forma de apreender o mundo possibilitasse o surgimento da ideia de *nação*. Porém, isso não implica que, para a construção de nacionalidades, a religiosidade não seja uma característica — inclusive, o sionismo utiliza essa característica para a construção da sua comunidade imaginada na Palestina e, assim, justificar a criação do Estado de Israel.

Se a comunidade imaginada de Israel está na Palestina, há um imaneente conflito: a dominação do território, o que ocasiona uma relação de inimizade entre ambos os povos. É como se, com a criação do Estado de Israel, houvesse uma chancela do “direito soberano de matar” (Mbembe, 2018, p. 19). Assim, tal poder político se expande até as fronteiras do Estado e, nesse contexto, suas colônias, como é o caso da Palestina, passam a serem vistas como habitadas por “selvagens”, que, via de regra, não são organizados em Estado nacional, tampouco possuem exércitos regulares, ocorrendo conflitos entre tropas irregulares (resistentes) e regulares. Com isso, “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização” (Mbembe, 2018, p. 35).

Segundo Ilan Pappé (2022), o sionismo é relacionado ao antissemitismo, ao império britânico e à teologia. Cada uma dessas características serviu para a construção do que hoje é o Estado de Israel, que, por sua vez, fora fundado em 1948, após o término da Segunda Guerra Mundial, uma política reparatória ao povo judeu devido ao holocausto e à perseguição nazista. O autor também aponta como, desde 1882, a Bíblia tem sido utilizada para a expropriação das terras palestinas e ainda hoje o Estado de Israel a emprega para justificar o seu direito à terra. A Bíblia oferece, assim, a justificativa cultural para a invasão e a colonização da terra palestina (Pappé, 2022, p. 83).

É justamente esse discurso que fez com que a Palestina tenha se tornado uma grande prisão a céu aberto e sofra uma limpeza étnica, quase como um esforço para deixar um território de etnias mistas, homogêneo. Encampada pelo Estado Sionista de Israel, essa limpeza, iniciada em 1948, transformou um determinado grupo de pessoas em refugiados, ao passo que destruiu seus lares e famílias: “no entanto, não há como negar que a limpeza étnica de 1948 foi quase totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo” (Pappé, 2016, p. 29) — sendo que essa limpeza deveria ser categorizada como crime contra a humanidade.

A PRISÃO ISRAELENSE E A POLÍTICA DA MORTE

A Palestina se tornou uma grande prisão a céu aberto a partir de diversos mecanismos colocados em ação pelo sionismo, dentre eles o muro da Cisjordânia, *checkpoints* e as próprias prisões. Todos esses métodos são utilizados pelo governo sionista com o intuito de conter de maneira violenta a resistência palestina e promover a limpeza étnica: “a vida de catracas, roletas, muros e armas apontadas para qualquer olhar palestino, em seu próprio território, é uma anulação completa desses sujeitos como seres humanos” (Gonçalves, 2018, p. 66).

De acordo com Mbembe (2018), a materialização do seu conceito de *necropoder* pode ser identificada na ocupação colonial desse território por apresentar as três dinâmicas específicas da política do terror: a fragmentação territorial, o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos. “O objetivo desse processo é duplo: impossibilitar qualquer movimento e implementar a segregação à moda do Estado do *apartheid*” (Mbembe, 2018, p. 66). Assim, ao criar limites e barreiras visíveis no próprio território, há uma imposição redefinida nas relações entre soberania e espaço, o que é possível observar com a construção do muro da Cisjordânia.

De acordo com Vanessa Bordin (2014), o primeiro-ministro Ehud Barak autorizou a construção da barreira no norte da Cisjordânia e, em 2002, o muro começou a ser construído. A partir dessa construção, os governos de Ariel Sharon e Ehud Olmert invadiram os territórios palestinos. O governo israelense levantou a barreira usando como pretexto a Segunda Intifada (2000–2005) e o confronto entre civis e combatentes, que não se dava de maneira igualitária, uma vez que os palestinos agiam por meio de atentados suicidas, tiroteios e mísseis e os israelenses por tanques, armas de fogo, ataques aéreos, além de assassinatos. No entanto, a realidade é que o muro foi levantado com outros intuítos, como segregar e controlar o direito de ir e vir dos palestinos, garantir a presença israelense na Cisjordânia, onde estão localizados assentamentos judaicos, além de ter possibilitado que Israel anexasse novos territórios palestinos ao seu. Ainda que o muro seja considerado ilegal diante do Direito Internacional, continua existindo na atualidade (Andrade, 2022).

A Palestina ocupada é um exemplo do que Michael Foucault (1999) argumentou sobre espaços e disciplina, não importa se são “celas”, “lugares” ou “fileiras”, mas como são utilizados para marcar lugares, indicar valores e, assim, garantir a obediência dos indivíduos. O que se pretende com a disciplina é transformar as multidões confusas, inúteis ou perigosas em uma multiplicidade organizada. E é através de um controle dos indivíduos nas fronteiras e uma vigilância das bases que o território palestino se tornou uma prisão. Dentro dessa grande prisão, existe o sistema prisional israelense, para controlar e disciplinar corpos palestinos da luta de resistência ou não, sendo, assim, lugares de controle dentro de um território de controle, o que fere a autodeterminação do povo palestino.

As prisões nascem como instituições punitivas no século XVIII, apresentando uma nova maneira de governar o ilegalismo, em vez de uma maneira mais humana de punir, como alguns pensadores colocaram. Os castigos deixaram de ser no corpo e passaram a ser restritivos, porém isso não quer dizer que não eram violentos, o que aconteceu foi a instauração de uma maneira menos visível da violência. Outra característica das prisões é a forma diferenciada como opera na sociedade, com os distintos tipos de punição para diferentes grupos. Esse tratamento desigual aos grupos sociais é demonstrado com as estatísticas das prisões sobre a sua “população”. Na França e nos Estados Unidos, por exemplo, a maioria dos presos são de minorias raciais e

étnicas, e isso é sabido pela sociedade e Estado, mas é tratado como um “segredo” do qual ninguém fala para não refletir sobre o que isso representa (Fassin, 2019).

A arte de governar manifesta-se em um “campo relacional de forças”, o que não é diferente no Estado de Israel, que mobiliza uma de suas tecnologias políticas, a polícia, para regulamentar os indivíduos e os territórios, impedindo desordens e, dessa maneira, exercendo a função repressiva (Foucault, 2008, p. 420). A polícia surge, de acordo com o autor, de uma nova racionalidade que surgiu na Europa entre os séculos XVI e XVII e se caracterizou por ser uma arte absolutamente específica de governar chamada política e que é regulada pelo Estado, sendo que o Estado é a inteligibilidade de uma realidade já dada e de conjunto institucional já estabelecido (Foucault, 2008). Para Michel Foucault (2008), portanto, o Estado possui como característica a conservação e o desenvolvimento de uma dinâmica de força, sendo que os Estados Ocidentais se constituíram através de dois dispositivos para a manutenção dessas forças: diplomático-militar e polícia, um para manter o “equilíbrio” externo; e o outro, para manter o equilíbrio interno e por meio da invasão e colonização de lugares para além da Europa. São esses Estados que surgiram no século XIX e começo do século XX como imperialistas e que, como afirma Edward Said (2007), lançam sombra sobre nossa época.

De acordo com Madalena Fonseca (2019), durante as primeiras décadas do século XX, países europeus transferiram, para seus territórios coloniais africanos, estruturas que pudessem colaborar no controle social, na disciplina e na vigilância, intensificando, assim, a massificação do processo de encarceramento nos países colonizados, assegurando o poder e controle.

Enquanto que, no mundo ocidental, o sistema prisional estava imbuído do método disciplinar utilitário, nas colônias o sistema esteve intrinsecamente associado às práticas de segregação racial e de exploração do contexto em que se inseria, de que resultou a alteração dos espaços, das suas funções e utilidades, e dos métodos de tratamento, causando a disfuncionalidade do sistema. A prisão, na qualidade de elemento simbólico e físico do poder, fazia parte da extensão do projeto colonial, reforçando-o (Fonseca, 2019, p. 30).

É a partir dessa concepção de prisões coloniais como forma de vigilância, segregação e controle social que percebemos o funcionamento das prisões de Israel e como elas são usadas para manter a relação de poder entre Israel e Palestina. A taxa de judeus presos era de 93 por 100.000, e de palestinos, 187 por 100.000. Esse número se torna mais alarmante em territórios ocupados por Israel e que foram governados pelo exército em 1967, sendo que a taxa de encarceramento na Faixa de Gaza e Cisjordânia supera e muito o conhecido em qualquer lugar do mundo. De maneira ilustrativa, de cada 14 famílias palestinas de sete pessoas, uma tem um membro familiar na prisão. Os números de prisioneiros palestinos aumentaram consideravelmente após a Primeira Intifada (levante popular) em 1987 (Middle East Watch, 1991).

Seguindo uma linha similar, Mbembe (2018, p. 42) afirma que o caso de ocupação

colonial tardia mais bem-sucedida é o que ocorre na Palestina, onde “o Estado colonial tira sua pretensão fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história e identidade”. Tal discurso está fundamentado no argumento do direito divino de existir, ou seja, há uma disputa pelo território sagrado que se traduz em terror. Para Mbembe (2018, p. 42), “violência e soberania, nesse caso, reivindicam um fundamento divino: a qualidade do povo é forjada pela adoração de uma divindade mítica, e a identidade nacional é imaginada como identidade contra o Outro”.

Porém, como aponta Malaka Shwaikh (2018), por mais que as prisões israelenses sejam um lugar de poder e de controle, existe resistência dentro desses espaços. Entre as resistências dos prisioneiros palestinos, está a greve de fome, uma maneira de lutar contra a opressão sionista, colocando suas próprias vidas em jogo. Em toda relação de poder, existe espaço para rupturas e resistência, ainda que essas sejam reduzidas por determinadas condições, como, por exemplo, estar preso. É a partir desse pressuposto — de que, inclusive sob violências diversas e uma vigilância intensa, os presos palestinos resistem e continuam suas lutas dentro das celas, nas quais são privados de liberdade — que trazemos aqui, como exemplo de resistência: os desenhos feitos por Zuhdi Al Aduwi e Mohammed Roukwie, prisioneiros palestinos da cadeia de Ashkelon na década de 1980, as greves de fome, as fugas de prisioneiros de cadeias e a luta da Samiduon, que é uma rede de apoio à luta dos prisioneiros palestinos.

A RESISTÊNCIA PALESTINA DENTRO E FORA DOS MUROS DAS PRISÕES

Em um espaço ocupado de forma fragmentada e dominado sob condições de uma “soberania vertical”, a Palestina tornou-se uma prisão a céu aberto, o que nos conduz a enxergar espaços de violência e de resistência, em que a vida cotidiana é militarizada. É diante desse contexto histórico, social e político de colonização que Ashkelon se torna uma prisão (dentro de uma prisão) construída ainda no mandato britânico tanto para servir como sede dos líderes do exército quanto para receber delegações oficiais da Inglaterra. Em 1967, quando o território já pertencia ao governo sionista, algumas instalações passaram a ser utilizadas como centro de interrogatório, para reprimir aqueles que lutavam pela libertação da Palestina. Em 1970, fundaram a prisão, que se tornou conhecida por ser uma das mais sangrentas. Ashkelon, assim como outras prisões israelenses, é um espaço de repressão política e de detenção daqueles que lutam em favor da Palestina.

Recentemente, nessa mesma prisão, em 2019, tivemos notícias de uma greve de fome

feita por 45 prisioneiros, em protesto a uma série de ações feitas por Israel e pela condição dos presos. Com tal atitude, eles conseguiram, por exemplo, acabar com as invasões noturnas por guardas armados da ocupação israelense e conquistaram, também, o direito a acompanhamento médico aos prisioneiros doentes. É justamente por se organizarem a partir de um determinado conhecimento do funcionamento legal e tático de Israel que consideramos aqui a resistência palestina aquilo que Parthe Chatterjee (2004) nomeia de “sociedade política”, isto é, uma organização local, marginalizada, que possui conhecimento de determinados funcionamentos do Estado e que, ao se organizarem, pressionam de maneira correta a maquinaria governamental para conseguirem determinados direitos.

Além da greve de fome como resistência palestina dentro das prisões, conforme o caso mencionado anteriormente, há a criminalização desses prisioneiros, como ocorreu no noticiado na UOL internacional acerca da prisão de Mahmoud al-Ardah e Yaqoub Qadri. Nessa reportagem, percebemos um discurso que criminaliza os resistentes palestinos enquanto a prisão israelense não é questionada. Ao trazer à cena a morte de um policial israelense, não se fala sobre a invasão e a limpeza étnica que o Estado sionista vem promovendo no território. Na mesma época da fuga, foi escrita pela Samidoun um texto sobre o ocorrido com outra visão, frisando que, até nas prisões de alta tecnologia israelenses, há falhas que podem ser utilizadas pelos presos em fugas, além da necessidade de se valer de casos como esses para chamar a atenção da opinião pública para a situação dos prisioneiros nas cadeias de Israel e para a luta palestina.

Noam Chomsky (2014) demonstra como, em um Estado democrático, o controle se dá através da propaganda política, criando “controle” do que se pensa com a construção de discursos que geralmente causam medo na população. É o que acontece quando a imprensa ocidental refere-se ao Oriente, além de como a política dos Estados Unidos interfere nessa forma de ver o Oriente Médio. Com a guerra ao terror criada pelo Estado do Capitão América, o medo do terrorismo e a islamofobia se tornaram latentes e tudo que acontece na região é visto como atrocidade, menos quando se trata do seu parceiro Israel atacando palestinos, aí não se trata de terrorismo.

A última fase dessa operação começou no dia 1º de outubro de 2000. A partir desse dia – o primeiro após o início da atual intifada –, helicópteros israelenses começaram a atacar palestinos desarmados com mísseis, matando e ferindo dezenas deles. Não houve nenhuma desculpa de autodefesa. [Comentário paralelo: quando vocês lerem a expressão “helicópteros israelenses” devem entender helicópteros americanos pilotados por israelenses, fornecidos com pleno conhecimento de como eles serão utilizados (Chomsky, 2014, p. 45).

Como aponta Edward Said (2007), o Oriente tornou-se, para o Ocidente, uma das suas mais recorrentes e profundas imagens do outro, ajudando a Europa (Ocidente) e, posteriormente,

os Estados Unidos a construir sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste com esse outro que não é ocidental. Inclusive, dentro da academia, discursos orientalistas ajudaram a construir estereótipos, principalmente no que diz respeito ao Oriente Médio ou Oriente Próximo. No entanto, isso não quer dizer que o Oriente não exista, e sim que foi criado para que o Ocidente pudesse se “criar”:

Portanto, assim como o próprio ocidente, O Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, imagística e vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, desse modo, apoiam, e em certa medida, refletem uma à outra (Said, 2007, p. 17).

Nesse sentido, a Palestina faz parte desse Oriente e do orientalismo, representando um dos problemas internacionais mais espinhosos do pós-Segunda Guerra e a luta pela, para e na Palestina consome energias de mais pessoas do que em qualquer outra época, além de a Palestina ser um conceito debatido e contestado. Para os palestinos e seus partidários, existe uma luta de afirmação política importante e positiva. No entanto, existem os inimigos dos palestinos, o que é igualmente afirmativo, mas que apresenta traços negativos e ameaçadores. A Palestina hoje não existe, exceto como uma ideia, uma experiência política e humana. Por meio dos atos de persistência popular, parte expressiva da literatura sobre o Oriente Médio transmite uma ideia de que o que acontece lá é uma série de guerras entre países árabes e Israel, não levando em consideração a existência de palestinos (Said, 2012).

Outra forma de resistir à prisão é por meio da arte produzida nas prisões, como é o caso dos desenhos feitos por Zuhdi Al Aduwi e Mohammed Roukwie. Zuhdi Al Aduwi nasceu em Gaza, Palestina, em 1952 e foi preso em 1970, após participar de ações de guerrilha contra o exército israelense. Essas guerrilhas se intensificaram após a Guerra de 1967. Ele passou pelo processo de interrogatório na cadeia, que é importante para a entidade sionista, e ficou lá durante mais ou menos 14 anos. Já Mohammed Roukwie foi preso em 1948 e permaneceu até meados da década de 1980. Após a prisão, ambos foram para um campo de refugiados na Síria e se tornaram autodidatas no desenvolvimento da técnica da pintura dentro da cadeia. Nesse período, não era permitido que se desenhasse ou pintasse com as cores da bandeira palestina ou fizesse alusão à luta do povo palestino. Então, eles usavam para pintar: os gizes de cera levados escondidos pelos visitantes; as fronhas de travesseiro; e o papel-manteiga que recebiam para escrever cartas para seus familiares. Esses desenhos saíam da prisão através de um “contrabando” e, quando essas obras chegavam fora dos muros que os cercavam, contavam as amarguras da prisão, as lutas palestinas e, sobretudo, mostravam por si só o confronto ao sionismo.

Carolina de Figueiredo (2016), ao estudar charges de Abed Abdi para o jornal *Al-Ittihad* produzidas entre os anos 1972 e 1981, faz uma reflexão do que é denominado “arte palestina” e que essa está vinculada a um projeto político nacional de ideologia e nacionalidade.

A arte palestina não está relacionada necessariamente ao caráter tempo, não há uma data, uma origem de quando esse estilo apareceu. Outra característica dela é que não é dada ou nomeada pelo próprio artista como tal, uma vez que a “arte palestina” é dotada de sentidos políticos e ideológicos e esses nem sempre são intenções dos seus criadores.

A pesquisadora traz também o debate da arte palestina antes e depois da *Nakba*, de como existe um debate em torno de que tipo de arte passou a ser vista como “arte palestina” após o colonialismo israelense e as manifestações artísticas que eram produzidas anteriormente. Segundo San Walsh (2011), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o nacionalismo palestino utilizava como símbolos a oliveira, o *kaffiyeh*, a chave, a laranja e o mapa da Palestina. A escolha dessas simbologias possuía uma expressão crua e corajosa de resistência militante. O credo nacionalista palestino de “luta armada”, “unidade nacional”, “Estado independente” ecoaram nos cartazes palestinos produzidos nas décadas de 1970 e 1980.

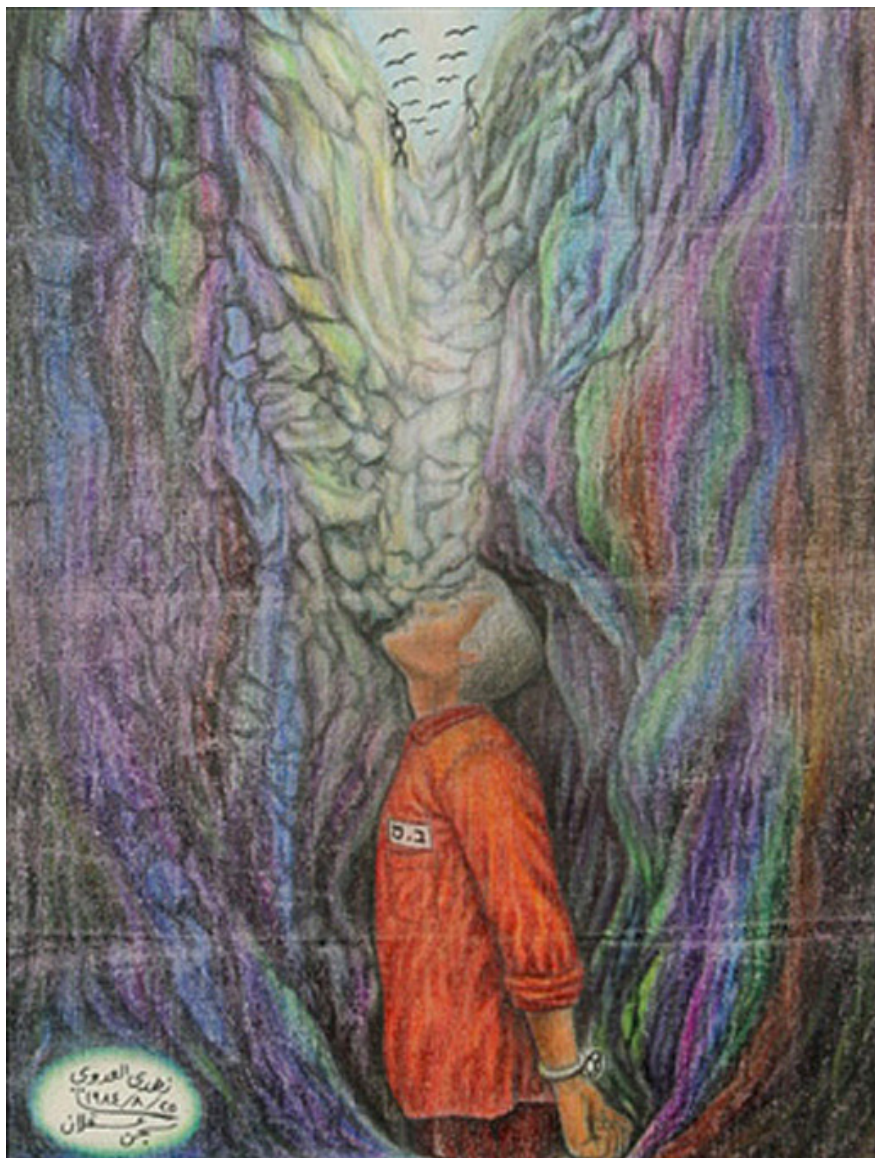
Os quatro desenhos fazem parte da *Ashkelon Prison* Séries, do projeto Palestine Poster Project, e foram feitos em uma prisão, na década de 1980, após a *Nakba*. Assim como as fugas, as greves de fome são uma maneira de resistir ao sionismo e fazem parte de um contexto de luta, tanto pela maneira como foram produzidos como também por quem foram produzidos e toda as simbologias presentes neles. As Imagens 1 e 2 são desenhos de Zuhdi Al Aduwi datados de 1984, um foi publicado pelo próprio artista em Israel e o outro um presente ao dono do site. As iconografias dos desenhos são compostas de: aves, passarinhos, correntes, grilhões, algemas, restrições, fechaduras, celas, barras, estrela de Davi, soldado israelense, bandeira, árvore e raízes.

Palestinos são encarcerados injustamente em prisões com tecnologias de controle desenvolvidas, sendo algumas fugas por túneis as poucas com “sucesso”. A liberdade é retirada dos palestinos enquanto resistem, sendo o primeiro desenho de Zuhdi Al Aduwi (Figura 1) justamente sobre um prisioneiro em um túnel olhando os pássaros que “saíram” das correntes enquanto ele, algemado, continua fechado e isolado em um ambiente hostil. A Figura 2 possui um soldado israelense segurando um bastão com a estrela de Davi sujo de sangue, enquanto na terra destruída estão crânios e, saindo da árvore, o rosto de uma mulher com as cores da bandeira da Palestina. A limpeza étnica que Israel promove na Palestina pode ser entendida através desse desenho, com a destruição do povo árabe e da sua terra pelo nacionalismo sionista.

As Figuras 3 e 4 são de Mohammed Roukwe, datadas do ano de 1983 e 1987 e publicadas na Síria. Foram presentes do artista e a iconografia delas é composta de: cacto, punho cerrado, *keffiyeh*, sol, lua, estrelas, plantas, árvores, raízes, ramos, armas, mulher, bomba, azeitonas e vela. A oliveira é uma árvore símbolo da resistência palestina e do seu povo, os rostos de palestinos no tronco é uma leitura da importância que essa árvore tem para palestinos e da luta contra a violência sionista. Na Imagem 3, a mulher está com um *hijab*, lenço utilizado por

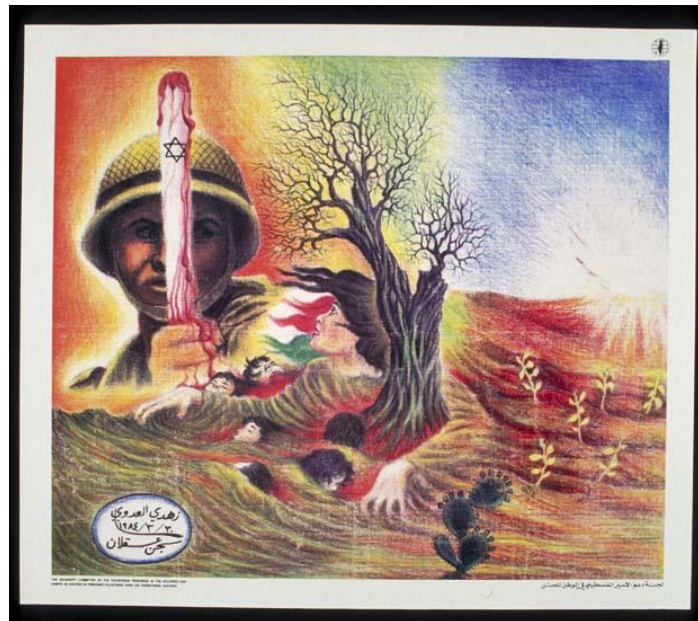
mulheres muçulmanas para cobrir cabelos, e outro, brotando de uma rosa, está ao longo do seu corpo e nas cores da bandeira palestina. A luta do palestino é também demonstrada com os punhos cerrados no desenho, em que as “árvores” são punhos. Já na Imagem 4, há uma criança utilizando *keffiyeh*, um lenço tradicional preto e branco ou vermelho e branco que se tornou símbolo de resistência e existência, sendo que seus padrões refletem as oliveiras e as redes de pesca da Palestina. Os dois desenhos de Mohammed Roukwié nos fazem refletir sobre a unidade do povo palestino e suas resistências com todas as suas simbologias.

Figura 1. O homem na prisão



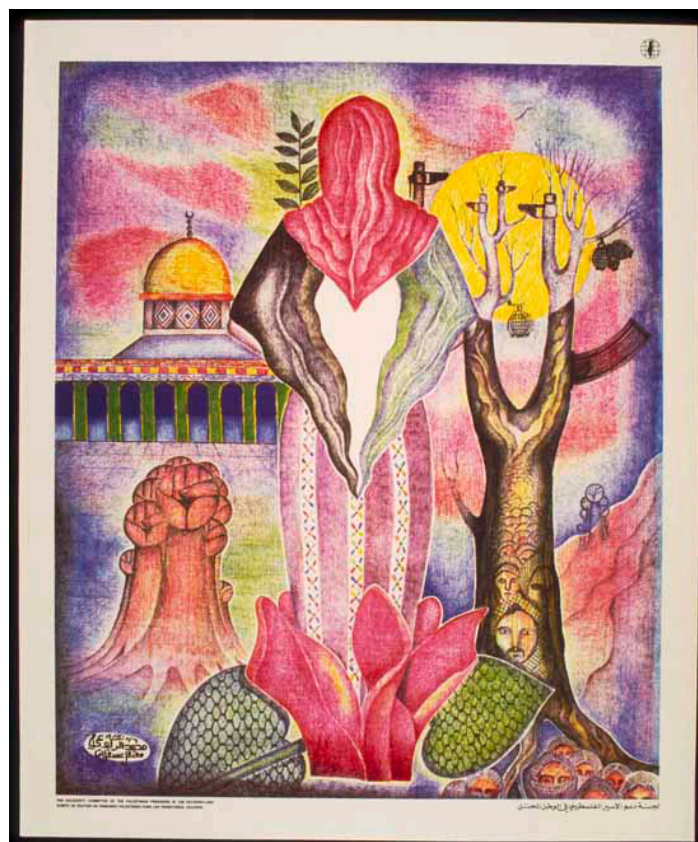
Fonte: The Palestine Poster Project Archives, Adawi (1984).

Figura 2. Violência sionista



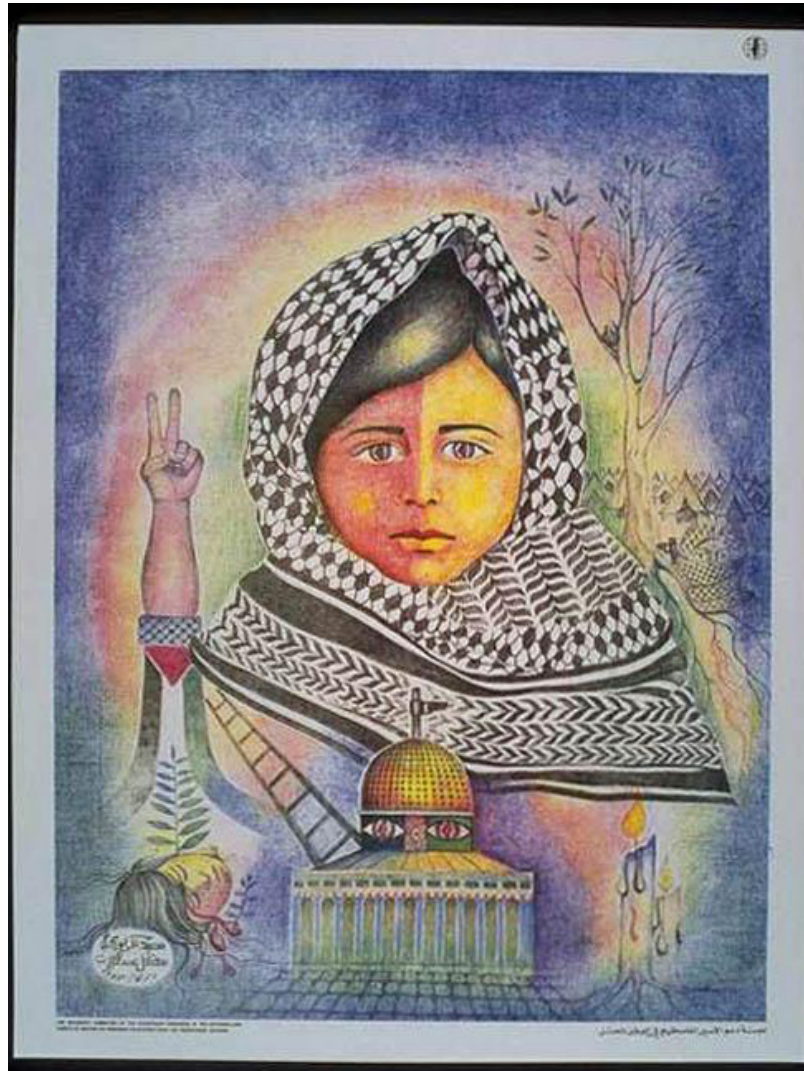
Fonte: The Palestine Poster Project Archives, Adawi (1984).

Figura 3. Um sonho de libertação



Fonte: The Palestine Poster Project Archives, Mohammed (1987).

Figura 4. Mulher palestina



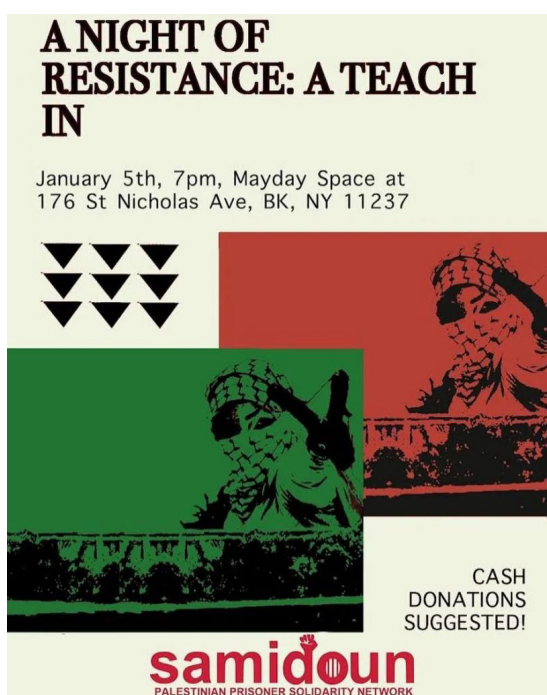
Fonte: The Palestine Poster Project Archives, Mohammed (1987).

Atualmente, a luta palestina fora do território organiza-se pela Samidoun, a Rede de Solidariedade aos Prisioneiros Palestina, que é composta de ativistas que se solidarizam com as lutas pela liberdade dos presos palestinos. A rede foi construída em 2011, após uma greve de fome feita em setembro e outubro por presos palestinos nas cadeias israelenses, e tem como objetivo justiça pelos prisioneiros palestinos. A Samidoun organiza eventos, mobiliza recursos e compartilha informações sobre a situação nas cadeias sionistas com o intuito de dar maior visibilidade às vozes dos palestinos que estão, ou já estiveram, em situação de privação de liberdade e aos familiares desses palestinos, bem como ao Dia da Solidariedade com os Presos

Políticos Palestinos, que acontece anualmente em 17 de abril. Essa luta pelos prisioneiros ocorre pelo fato de eles estarem diariamente na linha de frente da luta pela libertação palestina. E não só os prisioneiros de Israel, mas também daqueles que lutam pela causa palestina, como é o caso de Georges Ibrahim Abdallah, encarcerado há mais de 35 anos na França.

Além disso, a Samidoun luta por uma narrativa a favor da luta palestina, contra o discurso de terror no qual o povo palestino é visto como terrorista e contra certo olhar complacente que vem se construindo em relação a Israel. Há, portanto, uma resistência que se forma nas redes sociais e na construção de sites que informam sobre o que realmente ocorre na região. Theresa Züger (2021) demonstra como a internet pode ser considerada uma forma de desobediência civil. Ainda que peculiar e diferente da desobediência tradicional, deve ser considerada um espaço de luta importante. E um dos exemplos que a autora traz a respeito dessas formas de resistências são os coletivos de arte e política que produzem textos críticos para combater uma determinada narrativa sobre determinado acontecimento, algo muito similar ao que ocorre com a Samidoun. No *Palestine Poster Project*, também está disponível a do coletivo:

Figura 5. Uma noite de ensinamento



Fonte: <https://samidoun.net/2024/01/5-january-nyc-a-night-of-resistance-a-teach-in/>.

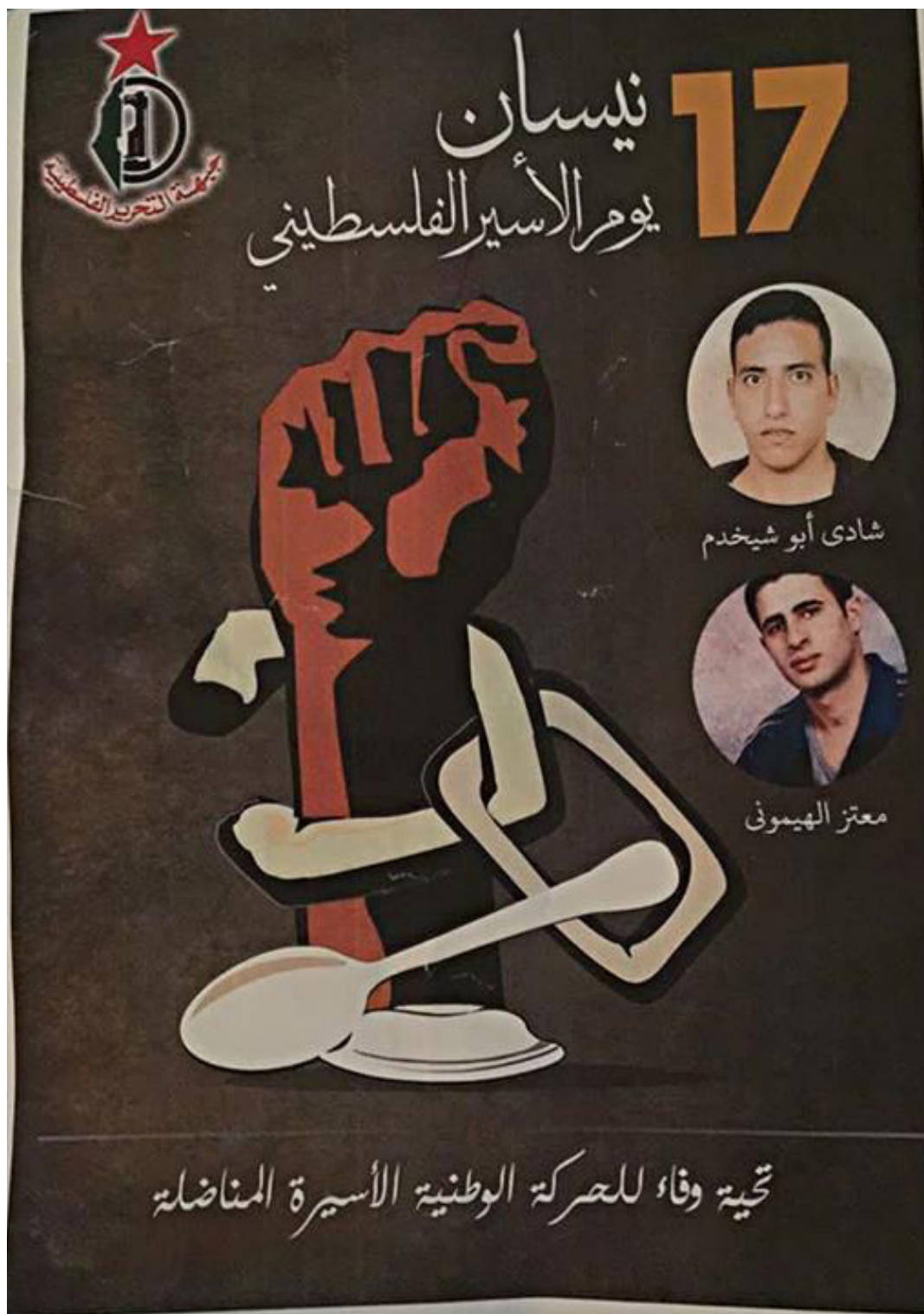
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário que o Ocidente possui hoje da Palestina é resultante de vários processos históricos de negação da identidade árabe-palestina e que permanece como resultante do discurso hegemônico da imprensa e da intelectualidade, que corroboram para a consolidação do imaginário de que os palestinos continuam sendo um problema e que foram os responsáveis pelo ressurgimento do islamismo e do fanatismo muçulmano (Said, 2012, p. 5).

Como foi visto ao longo do texto, a prisão é mais uma maneira do Estado de Israel controlar e colonizar a Palestina, condição que tem sua origem em um nacionalismo judeu que surge a partir do século XVIII e que se constitui em um pensamento fundamental para a construção do Estado israelense. Essa nação sionista promoveu e promove em terras árabes-palestinas a ocupação, o controle e a colonização, que se intensificaram na década de 1940, o que fez com que os palestinos nunca tivessem condições de digerir uma tragédia, uma vez que vivem em uma crise constante, lutando por liberdade, pelo seu povo e pela terra.

Ainda que várias etnias vivam na Palestina, as disputas pela soberania do território implicaram a constituição de espaços de violência nos quais a experiência da vida cotidiana foi militarizada. Verdadeira zona de conflitos militares, a Palestina é um exemplo contemporâneo do necropoder exercido pelo Estado de Israel e, portanto, pode ser vista como uma prisão a céu aberto, seja devido à construção do muro da Cisjordânia ou pelas instalações militares espalhadas pela malha urbana que cerceiam o direito de transitar pelo território. Ainda assim, há movimentos de resistência e de luta pelo espaço sagrado, tais como as greves de fome feitas nos presídios, as obras de artes produzidas na Palestina e a rede mundial de apoio à causa. Como, por exemplo, o cartaz do dia dos prisioneiros datado do ano de 2017 na Palestina, o punho cerrado assim como a colher e o prato representam a resistência palestina às violências nas cadeias israelenses, sendo a greve de fome uma das maneiras de quebrar essa corrente.

Figura 6. Dia dos presos palestinos



Fonte: Ramallah, Palestina, 2017.¹

¹ Disponível em: <https://www.palestineposterproject.org/poster/palestinian-prisoners-day-plf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
2. ANDRADE, Mariana Romling Rotheia. As Políticas de Segregação e de Apartheid do Estado de Israel e seu Reflexo nas Manifestações Artísticas Presentes no Muro da Cisjordânia. **Revista Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional**, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 116-146, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/117124/84450>. Acesso em: 24 jun. 2024.
3. BORDIN, Vanessa Ilha. **Ocupação e resistência**: a disputa pela Palestina. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
4. CHATTERJEE, Partha. 2004. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: Edufba
5. CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
6. COTRIM, Ana Aguiar. O sionismo como postura intelectual e projeto político: uma aproximação da perspectiva palestina. **Sociohistórica**, [s. l.], n. 52, e204, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18521606e204>. Acesso em: 08 ago. 2024.
7. FIGUEIREDO, Carolina Ferreira de. **Traços de uma haifa vermelha**: um estudo sobre a cultura visual da sociedade palestina/israelense através de charges e ilustrações do artista palestino Abed Abdi (1972-1982). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142947/000994745.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 ago. 2024.
8. FASSIN, Didier. **A sombra do mundo**: uma antropologia da condição carcerária. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
9. FONSECA, Madalena Vieira da. **Interesses penitenciários e práticas coloniais**: o projeto prisional em angola no 3º quartel do século XX. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Departamento de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/542322783.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.
10. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.
11. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
12. GOMES, Júlia Tibiriçá Diegues. **Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e**

- resistência na Palestina Ocupada.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-13032019-101713/publico/2018_JuliaTibiricaDieguesGomes_VCorr.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.
13. GONÇALVES, Lara Sartorio. **Afetos, corpos e territórios: medo e violência na maré e na palestina.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15533/1/dissertacao%20Lara%20Sartorio.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.
 14. HOURANI, Albert. Impérios europeus e elites dominantes (1860-1914). *In*: HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 284-305.
 15. MASALHA, Nur. **A expulsão dos palestinos: o conceito de “transferência” no pensamento político sionista 1882-1948.** São Paulo: Sundermann, 2021.
 16. MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** São Paulo: n-1, 2018.
 17. PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina.** São Paulo: Sundermann, 2016.
 18. PAPPE, Ilan. **Dez mitos sobre Israel.** Rio de Janeiro: Tabla, 2022. 256 p.
 19. SACCO, Joe. **Notas sobre Gaza.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 413 p.
 20. SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Companhia das Letras, 2007.
 21. SAID, Edward. **A questão da Palestina.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.
 22. SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo.** São Paulo: Benvirá, 2011.
 23. SHWAIKH, Malaka. Dynamics of Prison Resistance Hunger Strikes by Palestinian Political Prisoners in Israeli Prisons. **The Jerusalem Quarterly**, Beirut, n. 75, p. 78-90, 2018. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/231994>. Acesso em: 24 jun. 2024.
 24. WALSH, Daniel John. **The Palestine Poster Project Archives: Origins, Evolution, And Potential.** 2011. Dissertation (Master in Arts in Arab Studies) – Graduate School of Arts & Sciences, Georgetown University, Washington, 2011. Disponível em: <https://repository.library.georgetown.edu/handle/10822/557921>. Acesso em: 08 ago. 2024.
 25. ZÜGER, Tereza. Coding Resistance: Digital Strategies of Civil Disobedience. *In*: SCHEUERMAN, Willian (ed.). **The Cambridge Companion to Civil Disobedience.** Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 359-383.

Maiara Diana Amaral Pereira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7461-6850>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Ilustração. E-mail: maiaraamaral88@gmail.com

Marina Rute Pacheco

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3769-8177>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Redação, Revisão. E-mail: marinarutepacheco@iesp.uerj.br